

Com enfoque em ambos os temas, evento expôs a capacidade do setor de seguros e previdência de suprir as lacunas de proteção social da população

Neste ano, a nona edição do Fórum Nacional de Seguro de Vida e Previdência Privada, realizado pela FenaPreví no dia 12 de junho, em São Paulo, com a presença de mais de 400 pessoas, incluiu em sua pauta de debates duas questões principais que interessam de perto não apenas ao mercado de seguros, mas a toda a sociedade: o cenário econômico atual e suas fragilidades e os desafios econômicos a serem enfrentados pelo novo governo. “O Brasil tem grande potencial e não está condenado à sina de baixo crescimento econômico. Temos um mercado segurador sólido, que pode contribuir na construção de um País melhor”, disse Edson Franco, presidente da FenaPreví.

Marcelo Picanço, diretor Geral da Porto Seguro, destacou que a essência dos debates do Fórum era discutir propostas para melhorar o futuro das pessoas. “Tem uma natureza nobre”, reforçou. O presidente do Sindicato das Seguradoras de São Paulo (Sindseg-SP), Mauro Batista, acrescentou que a longevidade e o rápido envelhecimento da população trazem desafios ao Brasil que os seguros de pessoas e os planos de previdência privada pode ajudar a superar. “Esse fórum é uma rara oportunidade para um debate atualizado sobre a questão”, disse.

“A CNseg e suas Federações estão alinhadas no propósito de fazer o seguro ser reconhecido como instrumento insubstituível de política macroeconômica para a ampliação da proteção às empresas e à população”, afirmou o vice-presidente da CNseg, Jayme Garfinkel. Já o presidente da Escola Nacional de Seguros (ENS), Robert Bittar, elencou os números positivos dos seguros de pessoas. “O principal aspecto desse resultado é a inserção social”, disse. Ainda na abertura, o superintendente da Susep, Joaquim Mendanha de Athaídes, fez breve um balanço dos dois anos de gestão, destacando a importância da autarquia “O Brasil tem desigualdades sociais e o órgão regulador tem papel essencial, que vem sendo bem exercido por suas comissões técnicas”, afirmou.

“Perdemos o bonde da história”

Antes de entrar na crise econômica que hoje vivemos, o Brasil comemorava a melhoria de diversos indicadores sociais, como a redução da desigualdade, o aumento de renda e emprego, mobilidade social etc. Mas, além de muitas dessas conquistas não terem resistido à crise, o que parecia ser mérito do País, era, na verdade, uma onda de crescimento mundial nos últimos 24 anos, até 2015,

que muitos outros países emergentes, como China, Índia e Indonésia, souberam aproveitar bem mais. Este esclarecimento foi prestado pelo economista Marcos Lisboa, diretor do Insper. “O nosso desenvolvimento social, ao contrário do que se diz, não dependeu de nenhuma política social”, disse. Para ele, o fato de o Brasil crescer bem menos que os outros países significa que tem algo de errado, até porque, o mundo todo melhorou nessas mais de duas décadas. “Crescemos menos que os emergentes. Desperdiçamos a oportunidade”, disse.

Revolução tecnológica

Nos planos de coberturas de risco, tendências internacionais indicam que não há alterações significativas nas taxas de mortalidade e que a expectativa de vida não irá diminuir. Mas, fora essas duas questões, todo o resto nesse segmento está mudando significativamente com a aplicação de novas tecnologias. Chris Madsen, CEO da Aegon Blue Square Re N. V., trouxe exemplos da revolução que as insurtechs e tecnologias como data e analytics, blockchain e outras estão provocando nos planos de coberturas de riscos. Com todos os dados gerados, a tendência, segundo ele, é o tratamento personalizado, a exemplo do que faz a Amazon, quando recomenda produtos, ou o Google, que recomenda conteúdo.

“Temos visto startups focadas em ajudar o órgão regulador”, disse o mediador do painel, Luciano Snel, presidente da Icatu Seguros. César Neves, coordenador geral de Monitoramento de Conduta da Susep, confirmou que a autarquia criou um grupo de trabalho nessa área. “Sou atuário e vejo que a minha profissão irá mudar”, disse. Para Caio Henrique Cunha, diretor Institucional do Rumo Consultório Financeiro, o seguro está deixando de ser intangível. “Estamos tangibilizando o seguro por meio de aplicativos”, afirmou.

Experiências da OCDE

Jessica Mosher, analista de Políticas na Unidade de Previdência Privada da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), informou que a recomendação aos países membros em relação ao regime de previdência é diversificar as fontes de financiamento. “Os planos devem complementar o sistema público”, disse. Segundo ela, essa diversificação pode ser realizada por meio de vários tipos de planos, como os não contributários e os de contribuição definida.

Segundo Jessica, muitos países apresentam uma combinação de planos de previdência para reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda. “O ideal é constituir um sistema em que público e privado se complementem”, disse. Jorge Pohlmann Nasser, diretor presidente da Bradesco Vida e Previdência, observou que um dos pontos em comum dos países da OCDE é o aumento da expectativa de vida. “Hoje, temos menos pessoas entrando no mercado de trabalho e mais pessoas vivendo mais. Não existe milagre”, firmou.

José Cechin, diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e ex-ministro da Previdência, afirmou que algumas opções apresentadas pela palestrante já foram aplicadas no Brasil, mas descontinuadas após a troca de governos. “A reforma é inadiável. Será que caminharemos para um pilar capitalizado?”, indagou. Priscila Grecov, secretária adjunta de Política Microeconômica do Ministério da Fazenda, se referiu ao modelo da complementariedade, apresentado por Jessica, como o ideal. “Temos de aproximar a pública da privada”, disse.

Reforma da previdência

Em sua manifestação no painel que abordou os desafios econômicos do novo governo, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, falou sobre a necessidade de reverter a polarização no país para, somente então, implementar programas realistas na eleição. “O Brasil tem perdido posições no PIB mundial. Não é possível pensar em trabalho sem que o país esteja capitalizado”, disse.

Mauro Benevides Filho, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), mencionou que o candidato Ciro Gomes, para quem presta assessoria, já tem pronta uma proposta de governo em que prevê, entre outras medidas, desonerações tributárias para setores produtivos, compensadas pela criação / simplificação e aumento de impostos específicos, de forma compensatória. Sobre ajuste fiscal, Gustavo H. B. Franco, sócio da Rio Bravo Investimentos e assessor econômico do Partido Novo respondeu que o problema sempre é resolvido a custa da penalização do consumidor. “O desafio é fazer diferente”, concluiu.

Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e coordenador do Projeto Salariômetro da Fipe, encerrou o último painel com a apresentação de uma proposta para reforma paramétrica do atual sistema de previdência e a criação de um sistema para novos trabalhadores, baseado em quatro pilares, visando, entre várias medidas, garantir um teto para um benefício mínimo universal, além de utilização dos recursos do FGTS para acelerar a formação de reservas do trabalhador, em regime de capitalização em contas individualizadas. “Esta reforma é para frente. Pode não é suficiente, mas é a mais fácil”, disse.

Fonte: [CNSeg](#), em 13.06.2018.